

Ensaio & Debates

História da África: ética e ciência.

Muryatan Santana Barbosa¹

A pesquisa e o ensino de História da África passam por um momento de consolidação acadêmica e institucional no Brasil. Vários são os cursos e as disciplinas que difundem um conhecimento introdutório sobre o assunto. Estes, sem dúvida, trarão frutos positivos para a ciência histórica e, mais importante, para o crescimento de um espírito anti-racista entre as novas gerações. Por esta práxis, esta área tem ganhado muitos jovens adeptos.

É justamente neste momento, entretanto, que os estudos sobre históricos sobre África necessitam estar atentos aos fundamentos críticos da sua prática, para que esta energia renovadora não seja desencaminhada, seja por um ativismo anti-intelectual, seja pelo academicismo formalizador. Afinal, o que a História da África no Brasil será num futuro próximo será consequência do que está sendo consolidado hoje, enquanto conhecimento histórico, compromisso político e institucionalização acadêmica.

Por estes e outros motivos, faz-se necessário pensar quais as questões que se fazem necessárias destacar nesta formação dos estudos históricos sobre o tema. Este ensaio aponta nesta direção, dando ênfase ao contexto brasileiro; sem, com isto, propor-se como a verdade única ou definitiva sobre o assunto. Neste sentido, se elencou aqui algumas questões éticas e científicas que, em nossa opinião, devem guiar a discussão teórico-metodológica sobre a história da África. Como toda ciência se constrói sobre valores éticos, este ensaio começa pela discussão destes, para depois abordar a problemática historiográfica e científica.

1. **Anti-racismo:** a história da África se constituiu, como disciplina acadêmica, como um saber inserido nas lutas anti-coloniais e antirracistas. Esta é a premissa

¹Professor universitário, mestre em Sociologia e doutorando em História da África pela FFLCH/USP. É membro do NEACP (Núcleo de Estudos sobre África, Colonialidade e Cultura Política) e editor da *Sankofa: revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*. Foi Pesquisador Visitante do AAAS da Universidade de Harvard (2010). E-mail para contatos: murybarbosa@hotmail.com

fundamental da disciplina, que não pode ser perdida. Daí advém sua força acadêmica, assim como sua legitimidade política. Se a história da África se afastar desta característica fundante, ela gradualmente tornar-se-á mais um saber vazio e formalizador, como outros.

Para se adequar a este pressuposto, entretanto, os historiadores de África têm que estar atentos às especificidades do racismo que ele pretende combater. Isto porque, embora todos tenham o mesmo objetivo, os racismos são de diferentes conteúdos e formas, de acordo com sua gênese social e contexto histórico. É por isto que cabe ao historiador de África estudar e se atualizar das discussões acerca das questões étnico-raciais de sua sociedade e do mundo contemporâneo. Afinal, querendo ou não, sua disciplina esta inserida em uma luta anti-racista mais ampla, sobre a qual o historiador terá que se posicionar. É por esta razão que, para ser um bom historiador de África, não basta ser um bom pesquisador. É preciso ser um intelectual de fato, atento para o contexto e o modo como o seu saber será socializado.

Para um historiador brasileiro de história da África, este posicionamento implica algumas considerações sobre o assunto, ainda que sumárias. A força ideológica do racismo brasileiro, que é histórica e intelectualmente ligado ao ideal de branqueamento e a miscigenação, está em ter dado um lugar próprio ao negro e ao indígena no imaginário nacional: a cultura popular. O gênio de G. Freyre foi teorizado isto com maestria. Por isto, no senso comum do brasileiro é que, enquanto que o português (assim como os demais imigrantes europeus e asiáticos posteriores) teria contribuído com a civilização, os negros e os indígenas teriam contribuído com a cultura popular. Daí a dificuldade do multiculturalismo se impor no Brasil, como ruptura epistemológica. Afinal, ele é sempre interpretado com mera reprodução do velho pluralismo cultural, de origem antropológica.

É preciso ter clareza que este é o inimigo a combater. Para não jogar água neste moinho, a história da África, no Brasil, tem que se formar para além de narrativas culturalistas sobre o africano e o negro brasileiro. Mais do que a cultura, é preciso, pois, mostrar o caráter civilizatório da presença do negro. Sobretudo, em relação a categoria trabalho, essência de toda práxis humana. Creio que assim a história da África poderia contribuir melhor para a superação do racismo à brasileira. Trata-se, em outras palavras, de definir esta civilidade em termos que

abarcuem o que usualmente se chama “cultura africana” (enquanto um tipo de espiritualidade), mas que não se limite a ela. Esta me parece uma particularidade importante para a história da África no Brasil.

2. **Ênfase na historiografia africana:** a história da África vem se formando internacionalmente, no mundo acadêmico, como uma disciplina que pudesse prescindir do ponto de vista da intelectualidade africana sobre a sua própria história. Ninguém confessa isto em público, mas é o que se está, muitas vezes, sendo realizado na prática da pesquisa acadêmica na Europa e nos E.U.A. Por isto, os autores africanos, quando são citados, o são na qualidade de realizadores de pesquisas empíricas, enquanto que os europeus e estadunidenses se colocam como aqueles responsáveis pelas sínteses gerais. Trata-se de uma perversa divisão do trabalho intelectual. Por certo, alguém poderia afirmar que este é um fato sociológico “normal”. Afinal, há uma grande desigualdade de status e qualificação acadêmica no plano internacional, entre os países africanos e, por exemplo, e outros da Europa Ocidental, como França ou Inglaterra. Ocorre, entretanto, que a aceitação complacente deste fato é, em verdade, algo imoral e anti-ético, pois não é verdade que nos intelectuais nada poderíamos fazer em relação a isto. Pelo contrário, compactuar é acomodar-se a uma postura colonialista, que é uma das razões desta subalternização dos autores africanos. Só esta postura explica a crença que se poderia compreender uma realidade sócio-histórica, ignorando a experiência existencial e o corpus intelectual construído pelos indivíduos que ali vivem ou viveram. Se ninguém faz isto com a França ou o Brasil, porque dever-se-ia aceitar que isto ocorresse com os países africanos?

No Brasil, este fato também é contumaz. Aqui, entretanto, tem-se uma justificativa bibliográfica, visto que as editoras nacionais têm preferido publicar livros de pesquisadores europeus ou estadunidenses sobre história da África, em vez de livros de autores africanos. Publicou-se, por exemplo, livros interessantes como os de Paul Lovejoy (*A escravidão na África*), Roland Oliver (*A experiência africana*), John Thorthorn (*A África e o mundo atlântico*). Mas, salvo melhor juízo, a excessão de Elikia M'Bokolo (*África Negra*), Hampaté Bâ (*Amkoullel, o menino fula*) e Joseph Ki-Zerbo (*Para quando África?*) não existe nenhuma publicação, por uma editora brasileira, de livros de autores africanos primordiais para a construção da

história da África, como Cheikh Anta Diop, T. Obenga, Bethwell Ogot, A. Ajayi, A. W. Andah, D. T. Niani, Ali Mazrui, J. Inikori e A. Boahen. Ou melhor, a única bibliografia existente são os artigos da portentosa *História Geral da África* (UNESCO), que só recentemente teve seus oito volumes publicados em português. É muito pouco.

Para reverter esta situação, cabe uma decisão ética dos intelectuais nacionais. Isto implica duas coisas. Buscar por conta própria esta tradição historiográfica africana. E, secundariamente, promover (ou pressionar) à publicação, em português, de alguns clássicos desta bibliografia, essenciais para se compreender a realidade sócio-histórica do continente. Isto é um pressuposto ético e científico.

Estes dois postulados cobrem, grosso modo, as características éticas de uma história da África, em nível internacional. Mas destes se procurou enfatizar alguns aspectos que dizem respeito à História da África no Brasil. Existem outras questões, entretanto, que não dizem respeito aos princípios éticos desta disciplina, mas científicos, desde sua pertença ao campo historiográfico. Desde tal perspectiva, cita-se mais três postulados que me parecem fundamentais à formação da disciplina. Mais uma vez, dar-se-á ênfase ao contexto desta no Brasil.

1. **Verdade histórica:** Não se discutirá, neste ensaio, sobre o caráter científico da historiografia, como campo específico do conhecimento. Nossa posição é que a cientificidade da historiografia não é um *a priori* lógico, mas uma possibilidade. Quanto mais a historiografia se aproxima de um determinado padrão científico humanístico, utilizando-se, para isto, de métodos, argumentação racional e trabalho empírico, mais científica ela tenderá a ser. Isto, evidentemente, não a isenta de erros. Mas a caracteriza como um saber específico, construído na busca da verdade histórica. Ou melhor, daquilo que, em cada geração, tem-se por verdade na história, até que se prove sua falseabilidade.

É importante perceber que este padrão de cientificidade histórica - composto de método, trabalho empírico e argumentação racional - foi o padrão corrente da historiografia sobre a África em sua formação disciplinar, na

segunda metade do século XX. Isto se comprova pelo fato de não se conhecer, salvo melhor juízo, nenhum historiador importante de África, que tenha abandonado a normatização científica como ideal regulador de seu trabalho. Isto vale inclusive para as polêmicas correntes desta historiografia. Tais polêmicas, quando bem encaminhadas, giram em torno do quanto um historiador específico (ou uma corrente), na busca de comprovar suas hipóteses, desvirtuou o padrão de cientificidade, que ele próprio dizia seguir.

Estes dois fatos mostram que, nesta especialização, a ciência ainda é um ideal regulador, independente das divergências que se tenha em torno do seu estatuto. Há, ali, pois, um entendimento tácito de que mesmo as questões políticas e ideológicas mais candentes da sociedade, deveriam ser resolvidas dentro da argumentação e comprovação científica. Este é, sem dúvida, um ganho desta disciplina, especialmente em tempos de domínio pós-moderno no trabalho acadêmico.

Esta tradição de cientificidade continua sendo seguida no Brasil. Aqui, entretanto, tem-se um problema marcante para sua realização, cada vez mais disseminado também nos países europeus e norte-americanos. Este problema é a dificuldade de realização de pesquisas empíricas sobre a história do continente africano. A razão mais vidente para isto é a falta de recursos. Todavia, enquanto não se suplantar tais dificuldades, faz-se necessário que os historiadores brasileiros se qualifiquem para trabalhar no plano teórico. Afinal, se alguém quiser, de fato, pesquisar a África (e não a história dos colonizadores em África), as fontes primárias dificilmente estarão ao nosso dispor, em curto prazo. Tal fato não nega o trabalho historiográfico aqui realizado, mas coloca problemas específicos a serem respondidos. Aceitar este desafio é melhor do que falsear a pesquisa, atribuindo como fontes primárias pesquisas alheias, geralmente, realizadas por historiadores africanos.

2. **História pós-eurocêntrica:** a disciplina de História da África é favorecida, em sua jovialidade, por ter-se estabelecido em uma época em que as ciências humanas começavam a se despir de suas prerrogativas eurocêntricas, enraizadas

em sua formação. Neste particular, inclusive, creio que historiadores de África tiveram um papel decisivo, ainda pouco reconhecido.

Continuar neste caminho, entretanto, talvez implique em radicalizar os caminhos abertos por esta geração formadora, do pós-guerra. Algo que possibilita a crítica a certo viés evolucionista que, por vezes, acompanhou alguns autores clássicos da disciplina. Aí incluindo principalmente alguns autores africanos que, por vezes, viam no Estado e a Nação aparecem como *ethos* teleológico de investigação histórica (Neale, 1982).

Isto é possível porque esta crítica do evolucionismo pode ser embasada em diversas filiações teóricas, dentro e fora da tradição acadêmica européia. Em verdade, o fato deste debate já estar em curso, ajudou a projetar uma desconfiança prudente de termos antes inquestionáveis, como progresso, civilização e modernidade. Aí, entretanto, penso que mais vale à re-significação conceitual do que a desconstrução. Neste sentido, cabe repensar quais os valores adequados que representariam hoje os ideais de Bom e Belo que estão engendrados netas categorias. Por exemplo, não é Belo e Bom que uma sociedade específica, historicamente datada, consiga valorizar o bem estar de sua população, sem que isto implique exploração (direta ou indireta) de povos alheios? Sendo, assim, por que não estudar, por exemplo, em sociedades particulares, a possível existência de um modo civilizado de vida comunal ou de relação econômica - mais voltado para a pacificação social, do que para a exploração de classe? Estas são o tipo de questões que podem nortear o trabalho intelectual. Trata-se, pois, de pensar as perguntas adequadas a serem respondidas. Afinal, o passado sempre será algo em aberto.

No Brasil tem-se atualmente uma estranha ojeriza acerca desta discussão, que se difunde internacionalmente a partir de tradições diversas: pós-colonialismo, Estudos Subalternos, teorias do Sistema-Mundo, etc. Neste particular, as linhas investigativas centradas na relação histórica entre Brasil (América Portuguesa) e África, buscam inovar. Vale lembrar também que, por aqui, se tem pioneiros na crítica teórico-metodológica ao eurocentrismo, como o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos (*Redução sociológica*, 1958). Mas ainda é muito pouco, perto do que poderia ser feito. A área de História Antiga no

Brasil, por exemplo, é sabidamente eurocêntrica, em sua obsessão greco-romana enquanto origem da chamada “civilização ocidental”. Não cabe aqui pensar o porquê deste fato. Todavia, para uma história da África ainda embrionária, em que a tradição não pesa, poder-se-ia realizar um diálogo maior com este debate internacional, de viés Sul-Sul. É difícil prever o que este esforço de descolonização da história traria para a uma reconstrução pós-eurocêntrica da história da África. Todavia, para uma disciplina que nasce com dificuldades na utilização de fontes, como já foi citado, esta seria uma possibilidade criativa de produção científica, ainda pouco explorada.

3. **Interdisciplinaridade:** este ponto é o mais consensual entre os historiadores de África. De fato, a história da África só poderia ser desenvolvida com uma ampliação teórico-metodológica, que diversificasse as fontes e os objetos de estudo da História tradicional, do século XIX. A razão primordial para isto é que a África é um continente em que, salvo exceções (egípcios, meroítas, cartagineses, etc), a documentação escrita sobre sua história foi realizada e guardada pelos povos estrangeiros, sobretudo árabes e europeus. Por mais louvável que seja o trabalho de releitura, limitar-se a tal documentação seria reproduzir uma percepção colonialista do trabalho historiográfico. Ademais, seria restringir-se a uma visão tradicional de História, já superada internacionalmente. Por estas duas razões, a interdisciplinaridade foi na prática teórica algo corriqueiro para os historiadores de África. Indo, inclusive, para além das ciências humanas.

Este fato fez com que, desde algumas décadas, as discussões mais atuais sobre a questão da interdisciplinaridade na história da África não se colocassem mais no plano ou não de sua utilização, mas do como fazê-lo. Estaria um historiador apto, por exemplo, a realizar o trabalho de um arqueólogo? Ou seja, a interdisciplinaridade seria um estágio transitório para a transdisciplinaridade? Ou, esta interdisciplinaridade, na prática, significaria apenas a utilização de dados de disciplinas não-históricas, para o campo historiográfico? Questões como estas nortearam, por exemplo, muitas polêmicas no projeto da *História Geral da África* (UNESCO), em que o trabalho interdisciplinar tornou-se central à reconstrução de uma nova história da África.

Enquanto herdeiro desta tradição de estudos, a história da África, no Brasil, tende a reproduzir, em princípio, esta posição consensual de aceitação acerca do trabalho interdisciplinar. Penso que este é o caminho correto a seguir. Todavia, tanto aqui, quanto “lá”, creio que os saberes e as fontes derivadas desta opção pela interdisciplinaridade, deveriam estar sempre abertas a uma apreciação crítica historiográfica. Só assim poder-se-ia garantir que esta abertura dialógica da interdisciplinaridade seja algo frutífero para a história da África, do ponto de vista científico e político. Darei um exemplo. Muitos intelectuais, nos EUA, pressionaram para que a história da África se tornasse parte integrante de uma área de estudos comum a dos estudos da diáspora africana. Há este conjunto dá-se, por vezes, um nome específico: *Africana*. Este objeto de estudo novo ajuda a legitimar a concretização de novos programas de pesquisa, instituições, departamentos acadêmicos, etc.

Os historiadores de África, no Brasil, devem refletir sobre os custos e os benefícios de uma agencia com esta. Por um lado, este projeto poderia angariar mais recursos para a área, além de possibilitar uma formação acadêmica anti-racista ímpar dos discentes. Por outro lado, traria o perigo da exotização, tão comum ao racismo e ao anti-racismo brasileiro. Tem-se que antecipar esta discussão. No fundo, a questão da interdisciplinaridade ou da transdisciplinaridade será teoricamente importante para legitimar os rumos a serem concretizados.

O cinco pontos aqui levantados – anti-racismo, ênfase na historiografia africana, verdade histórica, história pós-eurocêntrica e interdisciplinaridade – são o cerne deste ensaio, pois expõem as prerrogativas fundamentais para uma agenda contemporânea para a história da África, enfatizando sua contextualização no Brasil. O modo como estes pontos foram apresentados, entretanto - enquanto critérios éticos e científicos – é algo que merece uma consideração final.

Os alunos que estão se formando na área de ciências humanas, tendem a acreditar que só existem duas posições em relação ao conhecimento humanístico: o positivismo ou o relativismo absoluto. O primeiro implicaria, num sentido vulgar, ser “cientista” estrito senso; o que significaria a busca pela Verdade, a partir de uma posição supostamente neutra e objetiva. O segundo implicaria ser “pós-moderno”, que trataria da absoluta relativização

de qualquer conhecimento, já que tudo não passa de um “jogo de linguagem”. Tais posições ortodoxas encontram ressonância no campo intelectual. Todavia, vale lembrar que a maior parte dos cientistas e intelectuais hoje não se coloca, efetivamente, em nenhum destes dois extremos. Eles são intermediários. Acreditam na cientificidade, mas a vêem mais como um ideal regulador do que uma realidade efetiva, que conduziria a verdade absoluta sobre os fatos. Este ensaio se coloca deste ponto de vista. Aqui, a ciência não é vista como um conhecimento que possa ter uma certeza absoluta. A ciência é vista como um saber relativo, transitório, até que se comprove sua falseabilidade. A história da África não foge a isto.

Grande parte deste mal entendido, corrente entre o corpo discente, vem de uma incompreensão dos predicados científicos específicos do campo das ciências humanas. Afinal, estes são diferenciados do tipo padrão de neutralidade e objetividade das ciências naturais, matemáticas ou biológicas. Para resumir esta diferenciação, poder-se-ia dizer que, nas ciências humanas, é impossível que o cientista se desfaça dos seus valores para fazer o seu trabalho; assim como, supostamente, o químico faria no laboratório. Pelo contrário, como diriam os hermeneutas, é apenas assumindo estes valores como pressupostos deste trabalho, que a ciência humana poderia se tornar, de fato, uma ciência. Isto porque, só assim ela estaria controlando a subjetividade inerente à objetividade das ciências humanas, tornando esta inevitabilidade dos valores um pressuposto explícito do seu trabalho. Daí, por exemplo, as hipóteses de trabalho, que podem ou não ser validadas com a pesquisa.

Entrementes, quando se cita estes valores, não se está falando de qualquer tipo de valores, especialmente aqueles mais particulares. Fala-se dos valores que são importantes e incontornáveis na prática teórica de um campo de estudos, como a história da África. Ao distinguir valores éticos e científicos, neste ensaio, buscou-se, portanto, dar conseqüência a este fato. Por isto, a ética veio antes da ciência. Isto foi assim colocado porque, de fato, a ética representa estes valores essenciais sobre os quais os historiadores deste campo de estudo têm que assumir, ou, ao menos, se posicionar, antes de ser colocado como o “cientista”. Ou seja, não se pode adentrar neste ramo passando ao largo desta discussão. Sobretudo porque foi este debate que, em última instância, criou a própria história da África.

Se esta mensagem permanecer, creio que este ensaio cumpriu o seu dever. Fora isto, só o tempo dirá qual o rumo que os historiadores e os educadores desta jovem disciplina seguiram.